



## Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga  
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR  
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

---

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

**Data: 09 de dezembro de 2020**

1 Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, em decorrência da pandemia  
2 ocasionada pelo novo Coronavírus - COVID 19, e a impossibilidade temporária de  
3 realização de reuniões presenciais, foi realizada reunião ordinária deste Conselho de  
4 Assistência Social por meio de videoconferência, utilizando a plataforma google.meet.  
5 Participaram da presente reunião os seguintes conselheiros e conselheiras: Luis Alberto  
6 Mangili Gomes, Gisele de Cássia Tavares, Sara Elaine Oliveira Alexius, Nayana Kathrin  
7 Tanaka, Edsonia Jadma Marcelino de Souza, Gisélia Duarte Dias Paulino, Silvia  
8 Belieiro, Lucimar Rodrigues da Silva, Josiane Lima dos Santos, Priscila Possidente  
9 Monteiro Brazão, Alexander Korgut, Claudio Marcio de Melo, Aparecida de Fátima G.  
10 Lemos, Alexandra Ciotto Rodrigues Silva, Soraya de Paula Garcia de Campos, Ângela  
11 Maria Zechim Luziano da Silva, Daniel Soares da Silva, André Luís Barbosa, Camila  
12 Marcolino, Aldeneide Fernandes Da Silva. Também estiveram presentes os seguintes  
13 participantes: Neusa Harumi Tiba, Glaziane Martins, Barbara Vollpe. Após transcorrido  
14 o tempo para a segunda chamada, a presidente do Conselho, Soraya de Paula Garcia de  
15 Campos, iniciou a reunião saudando os presentes e apresentando a seguinte pauta para  
16 deliberação da plenária: 1-Apresentação e aprovação da pauta; 2-Deliberação sobre a  
17 Prestação de Contas dos recursos do Governo Federal: Demonstrativo Serviços e  
18 Programas do Governo Federal; Demonstrativo para cofinanciamento do Governo  
19 Federal – IGD Bolsa Família; Demonstrativo para cofinanciamento do Governo Federal  
20 – IGD SUAS; 3- Deliberação sobre a Prestação de Contas e autorização para utilização  
21 de recursos do IGD-PBF, para custear a realização de horas extraordinárias para  
22 servidores que desenvolvem o atendimento para inclusão e atualização do Cadastro  
23 Único; 4-Deliberação sobre a manutenção das inscrições das entidades no CMAS; 5-  
24 Deliberação sobre o calendário de reuniões para o exercício de 2021; 6-Deliberação sobre  
25 a realização de reunião extraordinária em 16 de dezembro de 2020; 7-Relato de  
26 Comissões; 8 –Informes. A pauta foi aprovada com inversão para tratar primeiramente  
27 do relato da Comissão de Inscrição sobre o ponto 4. A comissão passou a apresentar suas  
28 análises e submeter seus pareceres à deliberação plenária. Em virtude da avaliação dos  
29 instrumentos apresentados e, por terem restado sem atendimento algumas exigências  
30 documentais, apresentou proposta de indeferimento, nesta reunião, da inscrição das  
31 seguintes unidades/entidades: CRAS Sul A, que ainda tem documentação pendente e teve  
32 seu relatório considerado confuso pela comissão, tendo sido indicada a necessidade de  
33 refazer os documentos – relatório e plano de ação, além da revisão dos instrumentos;  
34 ADECOL por atuar na defesa de direitos na política de habitação e por não apresentar  
35 quadro de recursos humanos; Geração Integrar, por desenvolver ofertas em outro campo  
36 e Recrutando Vidas, por não atuar na assistência social. Em seguida, a comissão passou  
37 a apresentar as propostas de deferimento de inscrição provisória, por seis meses, para o  
38 início do trabalho a que se refere a solicitação de inscrição, com monitoramento pela  
39 comissão de acompanhamento dos serviços acerca da execução das atividades, inclusive



## Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga  
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR  
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

---

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

40 com a realização de visitas “*in loco*”: Associação Flávia Cristina, em Serviço de  
41 Acolhimento Institucional – modalidade Residência Inclusiva, e Cáritas Arquidiocesana  
42 de Londrina, em Projeto de Educação Socioprofissional e Inclusão Produtiva –  
43 modalidade II: Fortalecimento de iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda. Por  
44 fim, apresentou as propostas de deferimento da inscrição das seguintes entidades: Gerar  
45 – Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional e ESPRO –  
46 Associação de Ensino Social Profissionalizante, ambas no Programa de Aprendizagem  
47 Profissional para Adolescentes, no qual já atuam. Finalizada a apresentação da comissão,  
48 a plenária votou aprovando as proposições apresentadas, tanto de indeferimento, quanto  
49 de deferimento de inscrição e inscrição provisória. Serão formalizados os ofícios  
50 apresentando as questões apontadas e as condicionalidades. Finalizada essa discussão  
51 houve breve abordagem acerca do instrumento atualmente utilizado para a inscrição e seu  
52 alinhamento com o que é exigido no CNEAS. Houve referência de que a menção à  
53 modalidade de atendimento ou ao serviço não é exigência para o cadastro nacional e que  
54 se faz necessário rever a metodologia de inscrição no município a partir do que consta na  
55 resolução do CNAS e nas regras nacionais para inscrição de entidades nos conselhos, a  
56 fim de que nossas normativas não contrariem definições gerais. Outro ponto a ser  
57 repensado se refere à inscrição de unidades governamentais, visto serem ofertas cuja  
58 prestação é de responsabilidade pública e não haver previsão legal de exigência de  
59 inscrição. Definiu-se por retomar tal debate no âmbito da comissão e avaliar a pertinência  
60 de se alterar tal metodologia e entendimentos. Seguindo a temática de inscrições, a  
61 comissão de acompanhamento apresentou relato quanto ao cumprimento da exigência de  
62 entrega do relatório de atividades e do plano de ação para manutenção da inscrição de  
63 entidades já inscritas. A comissão relata que todas as 76 entidades inscritas entregaram  
64 os documentos e manifesta parecer favorável à manutenção de todas as inscrições.  
65 Entretanto, a comissão fez a indicação de adequações em relação a algumas entidades, a  
66 saber: Casa do Bom Samaritano, NUSELON, Anália Franco, CRAS Sul B, MMA. Há a  
67 necessidade de informações complementares, ajuste dos itens, proposição de cronograma  
68 de adequação/plano de providências. Em relação ao MMA a entrega do plano de  
69 providências ficou estabelecida para até o dia 29/01. Na sequência, a presidente colocou  
70 a proposta de transferência da discussão do ponto 5.da pauta, calendário das reuniões do  
71 conselho no ano de 2021, para a próxima reunião, ficando estabelecido esse  
72 encaminhamento. Antes da continuidade da pauta, foram feitos dois informes. O primeiro  
73 acerca do encerramento das atividades de serviço de convivência e fortalecimento de  
74 vínculos pela entidade SOMA, cuja parceria se encerra em 31 de dezembro de 2020. O  
75 segundo é sobre um processo SEI enviado pela Controladoria Geral do Município no qual  
76 recomenda a constante atualização da página do Conselho. Passou-se, então, ao item 2 -  
77 Deliberação sobre a Prestação de Contas dos recursos do Governo Federal:  
78 Demonstrativo Serviços e Programas do Governo Federal; Demonstrativo para  
79 cofinanciamento do Governo Federal – IGD Bolsa Família; Demonstrativo para  
80 cofinanciamento do Governo Federal – IGD SUAS. A conselheira Gisele Tavares,

---

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

81 representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, fez a apresentação,  
82 explicitando que a prestação de contas dos recursos transferidos pela esfera federal ocorre  
83 por meio do preenchimento no sistema SUAS Web do Demonstrativo Sintético da  
84 Execução Físico-financeira. São disponibilizadas três versões desse demonstrativo, uma  
85 sobre os serviços e programas, outro sobre a Gestão do Bolsa Família (IGD-BF) e outro  
86 sobre a Gestão do SUAS (IGD-SUAS). Feitos esses esclarecimentos iniciais, Gisele  
87 passou à apresentação, com a projeção das informações. Em relação ao Demonstrativo de  
88 Serviços e Programas: o documento traz os dados cadastrais do ente federado, Prefeitura  
89 de Londrina, e do prefeito; do órgão gestor da política de assistência social, Secretaria  
90 Municipal de Assistência Social, e da secretária; do Fundo e do Conselho Municipais de  
91 Assistência Social, com a relação dos conselheiros titulares e suplentes. No item relativo  
92 à Execução Financeira (II), o demonstrativo aborda inicialmente os  
93 programas/projetos/transferências voluntárias fundo a fundo; depois o bloco da proteção  
94 social básica. Por um lapso do sistema, não foi disponibilizado o bloco da proteção social  
95 especial, o que levou à elaboração de documento à parte pela equipe da secretaria, com  
96 as informações afetas à execução desse bloco. O item III trata da Execução Física  
97 Municipal das ações cofinanciadas, em relação ao que foi pactuado. Na sequência,  
98 apresenta um resumo executivo do total das receitas e despesas realizadas e, por fim, um  
99 campo de comentário do gestor. Os dados de execução financeira apresentados foram: 1.  
100 Programas-Projetos-Transferências Voluntárias Fundo a Fundo - 1.1 SIGTV Estruturação  
101 Investimento: Receitas: R\$ 280.073,75; Execução: R\$ 0,00; Saldo passível de  
102 reprogramação: R\$ 280.073,75; 1.2 Aprimora Rede: Receitas: R\$ 549,26; Execução: R\$  
103 468,80; Saldo passível de reprogramação: R\$ 80,46; 1.3 Programa Nacional de Promoção  
104 do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS: Receitas: R\$ 1.268.932,71; Execução:  
105 R\$ 519.324,58; Saldo passível de reprogramação: R\$ 749.608,13; 1.4 BPC na Escola -  
106 Questionário a ser aplicado: Receitas: R\$ 7.469,34; Execução: R\$ 0,00; Saldo passível de  
107 reprogramação: R\$ 3.371,96; 2. Bloco da Proteção Social Básica - 2.1 Incremento  
108 temporário da Proteção Social Básica para fins de custeio: Receitas: R\$ 102.576,15;  
109 Execução: R\$ 0,00; Saldo passível de reprogramação: R\$ 102.576,15; 2.2 Bloco da  
110 Proteção Social Básica: Receitas: R\$ 2.755.935,04; Execução: R\$ 889.276,06; Saldo  
111 passível de reprogramação: R\$ 1.867.241,50; 2.3 Bloco da Proteção Social Especial:  
112 Receitas: R\$ 3.427.897,20; Execução: R\$ 1.763.052,06; Saldo passível de  
113 reprogramação: R\$ 1.531.500,29. Os dados relativos ao atendimento físico são: Serviço  
114 de Acolhimento a Outros Públicos: a) Idosos: pactuação: 100 metas; execução: 195  
115 metas; Pessoas com Deficiência: pactuação: 00; execução: 32; Mulheres em situação de  
116 violência: pactuação: 0; execução: 20; Jovens: pactuação: 00; execução: 00; PAIF:  
117 pactuação: 40.000 famílias; execução: 107.749 famílias; Serviço de Acolhimento a  
118 Crianças e Adolescentes: pactuação: 10; execuç: 96; ACESSUAS: pactuação: 6.200;  
119 execução: 2.282; SCFV: pactuação de público prioritário: 670; execução de público  
120 prioritário: 756; pactuação geral: 1.340; execução geral: 3.034; Serviço de PSE para  
121 pessoas com deficiência, idosas e suas famílias: pactuação: 601; execução: 743;



## Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga

CEP: 86.010-020 – Londrina – PR

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

---

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

122 Avaliação e Operacionalização do BPC da Assistência Social e RMV (BPC na Escola):  
123 pactuação: 440; execução: 00; Serviço Especializado para pessoas em situação de rua:  
124 Famílias e indivíduos em situação de rua: pactuação: 200; execução: 2.873; Adolescentes  
125 em cumprimento de medidas socioeducativas: pactuação: 240; execução: 2.676; Famílias  
126 e indivíduos que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência:  
127 pactuação: 00; execução: 2.147; PAEFI: pactuação: 240; execução: 13.993; Serviço de  
128 Acolhimento a Adultos e Famílias: pactuação 200; execução: 111. Gisele esclareceu que  
129 não houve execução dos valores do SIGTV porque o Ministério ainda não autorizou a  
130 transferência do uso do recurso com os serviços atualmente prestados pelo CEPAS,  
131 conforme deliberação deste conselho após a transferência das metas do PROVOPAR. Em  
132 relação ao BPC na Escola, informou que a secretaria teve dificuldades nessa execução,  
133 agravadas pela pandemia, e que deverá retomar a análise para realização das ações  
134 previstas. No tocante ao ACESSUAS Trabalho, houve execução parcial e, em decorrência  
135 da pandemia, o encerramento da parceria. A execução deverá ser retomada quando a  
136 situação sanitária o permitir. Foi, ainda, exposto, que no instrumento do Demonstrativo  
137 não foram disponibilizados os campos relativos ao Bloco da Proteção Social Especial, o  
138 que levou a equipe da Secretaria a lançar as informações dentro do campo de comentário  
139 do Gestor, uma vez que se entende haver a necessidade de registro da execução financeira  
140 realizada. Foi, ainda, inserido no campo de comentários, que a irregularidade das  
141 transferências compromete o planejamento do Município na execução continuada dos  
142 recursos. Ainda assim, houve a manutenção das ofertas cofinanciadas, sem interrupção.  
143 Finalizada esta abordagem, Gisele apresentou o Demonstrativo do IGD Bolsa Família,  
144 que trouxe as seguintes informações de execução: o instrumento apresenta os mesmos  
145 dados cadastrais já mencionados no demonstrativo dos serviços e benefícios e, no que se  
146 refere à execução física traz a informação sobre a variação do IGD municipal, resultante  
147 dos indicadores relativos às taxas de Frequência Escolar, de Agenda Saúde e de  
148 Atualização Cadastral. O menor IGD, de 0,89, foi registrado no mês de janeiro; de  
149 fevereiro a julho e no mês de setembro foi de 0,90; e nos meses de agosto e outubro a  
150 dezembro, foi de 0,91. Os recursos reprogramados de exercício anteriores foram no valor  
151 de R\$ 3.016.888,30; os recebidos no exercício, de R\$ 322.475,53; foram aferidos R\$  
152 48.191,70 de rendimentos de aplicações no mercado financeiro; executado o valor total  
153 de R\$ 1.624.509,83; restando o saldo de R\$ 1.763.045,70 a reprogramar para o exercício  
154 seguinte. Por fim, a conselheira apresentou o Demonstrativo do IGD SUAS que, além dos  
155 dados cadastrais que são comuns aos três instrumentos, trouxe os dados da variação desse  
156 IGD, que foi de 0,79 de janeiro a junho e de 0,90 de julho a dezembro. Esse índice é  
157 apurado a partir dos indicadores de Execução Financeira e ID CRAS Médio. Os dados  
158 referentes aos recursos são: Saldo disponível nas contas correntes em 31/12/2018: R\$  
159 391.349,56; Valores recebidos no exercício: R\$ 23.579,42; Rendimentos: R\$ 4.725,14;  
160 Total das receitas: R\$ 419.654,12; Valores executados: R\$ 305.404,99, dos quais R\$  
161 252.397,90 com ações relativas à gestão e R\$ 53.007,09 com ações relativas ao Conselho  
162 de Assistência Social; Valores a reprogramas: R\$ 114.249,13. Finalizada a apresentação,



---

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

163 Gisele esclareceu as dúvidas e respondeu aos questionamentos apresentados e, após tais  
164 debates e dos esclarecimentos à plenária, os demonstrativos foram aprovados por  
165 unanimidade. Passou-se, então, à discussão do item 3 - Deliberação sobre a Prestação de  
166 Contas e autorização para utilização de recursos do IGD-PBF, para custear a realização  
167 de horas extraordinárias para servidores que desenvolvem o atendimento para inclusão e  
168 atualização do Cadastro Único. A Gerência de Transferência de Renda apresentou dados  
169 relativos aos meses de outubro e novembro de 2020. No mês de outubro, a base do  
170 cadastro único estava com 58.166 famílias, sendo 25.041 com renda até R\$ 89,00 per  
171 capita. O número de cadastros desatualizados somava 5.912, havendo 5.919 a desatualizar  
172 até dezembro de 2020. No mês de outubro foram feitos 3.509 agendamentos para  
173 atendimento de Cadastro Único, tendo sido realizados 2.817 (80%), dos quais 1.981  
174 (56%) para atualização e 836 (23,8%) para inclusão. Do total de agendamentos houve  
175 692 não comparecimentos, o que representa 19,7%. Foram realizados 36 atualizações e  
176 27 inclusões com a realização de horas extras de segunda a sexta-feira, não tendo sido  
177 realizados no mês mutirões aos sábados. Em relação a novembro os dados apresentados  
178 são os seguintes: foram realizados 3.594 agendamentos, que geraram 2.956 (82%)  
179 atendimentos, sendo 2.364 (66%) para atualização e 592 (16,5%) para inclusão. O número  
180 de não comparecimentos foi de 638 (17,8%). Foram realizados com a utilização de horas  
181 extras de segunda a sexta-feira 35 atualizações e 11 inclusões e, aos sábados 220  
182 atualizações e 21 inclusões. A avaliação da gerência é que a demanda de  
183 inclusões/atualizações de Cadastro Único, que se configura como questão recorrente,  
184 exige que ainda sejam realizadas horas extraordinárias, mesmo tendo havido a  
185 contratação de servidores temporários. Para 2020 o total de cadastros desatualizados era  
186 de 17.000, sendo 5.531 somente de famílias inseridas no Programa Bolsa Família. As  
187 suspensões trazem impactos significativos para essas famílias. O trabalho integrado com  
188 as entidades (que gerou 3.203 agendamentos) e a realização das horas extras têm sido  
189 fundamentais. Em razão disso, apresentam a solicitação de autorização para o uso de R\$  
190 25.000,00 por mês, por um período de mais seis meses a contar de dezembro de 2020  
191 para essa finalidade, totalizando R\$ 150.000,00. A presidente do Conselho submeteu tal  
192 solicitação à deliberação plenária, a qual foi aprovada por unanimidade. Ainda em relação  
193 à temática do Cadastro Único e do Bolsa Família foi trazida a questão de se ter  
194 identificado que foram feitas exclusões de famílias que estão dentro dos critérios, mas  
195 que atualizaram o Cadastro Único após o prazo de atualização. Foi deliberado por solicitar  
196 esclarecimentos ao Estado e Governo Federal quanto aos motivos desses cancelamentos  
197 de benefícios durante a pandemia, com a solicitação de não se realizar tal procedimento  
198 neste período, até porque não há um padrão estabelecido e não se segue uma lógica  
199 pactuada e explícita. A proposta é solicitar que decisões dessa natureza sejam tomadas de  
200 forma não unilateral, que haja debate e decisão compartilhada. Houve a proposta de se  
201 mobilizar a comissão de benefícios para esse encaminhamento. A presidente Soraya  
202 trouxe a avaliação da mesa diretora do conselho quanto à necessidade de realização de  
203 reunião extraordinária no dia 16 de dezembro, tendo em vista que esta seria a última



## Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga  
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR  
(43) 3378-0008 – e-mail: [cmaslondrina@gmail.com](mailto:cmaslondrina@gmail.com)

---

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

204 reunião do ano, mas ainda haver assuntos não vencidos neste exercício e que deveriam  
205 sê-lo, a exemplo do calendário do conselho e do levantamento geral das contas do FMAS  
206 (envio de superávit pela SMAS).Esse encaminhamento foi aprovado, ficando agendada  
207 essa nova reunião. Nada mais havendo a tratar eu, Gisele de Cássia Tavares, segunda  
208 secretária deste conselho, lavrei a presente ata que deverá ser submetida à aprovação da  
209 plenária.